

**PROCESSO Nº: 15 / 2020**

**Processo:** 15 / 2020

**Data de entrada:** 14 de Abril de 2020

**Autor:** Chefe do Executivo

**Ementa:** Trata-se de VETO PARCIAL ao Projeto de Lei n.º 51/2017, de autoria do Vereador Felipe Alves, que "Dispõe sobre o Programa de Combate a Pichações e Depredações no Município de Natal, e dá outras providências.". Conforme Mensagem n.º 15/2020 do Chefe do Poder Executivo.

**Despacho Inicial:**

\_\_\_\_\_ **NORMA JURIDICA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

AO SETOR LEGISLATIVO  
Em, 16/03/2020

Flávio Fonseca de Assis  
Chefe de Gabinete da Presidência



PREFEITURA DO  
**NATAL**

RECEBIDO EM  
Poder Executivo  
Gabinete do Presidente  
Data: 16/03/2020  
Hora: 16h15  
Assinatura: Gabriel

PROCESSO Nº 15/2020  
**MENSAGEM Nº. 015/2020**

A Sua Excelência o Senhor  
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Presidente da Câmara Municipal de Natal

CMN - PROCESSO  
Nº 15/2020  
FOLHA: 02/02

Em 27 de fevereiro de 2020.

Senhor Presidente,

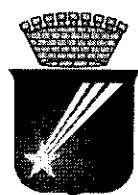
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi **vetar parcialmente** o **Projeto de Lei n.º 051/2017**, de autoria do Vereador Felipe Alves, aprovado na sessão plenária realizada no dia **11 de dezembro de 2019** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **28 de janeiro de 2020**, e, em razão de correção no texto do Projeto de Lei emitida pela Câmara Municipal de Natal, recebida pelo Gabinete Civil desta Municipalidade novamente em **20 de fevereiro de 2020**, conforme Ofício 0026/2020-SL, que **“Dispõe sobre o Programa de Combate a Pichações e Depredações no Município de Natal e dá outras providências”**, na forma das **RAZÕES DE VETO PARCIAL** adiante explicitadas.

#### **RAZÕES DE VETO PARCIAL**

Da análise de seu teor, verifica-se que pretende o Poder Legislativo instituir o Programa de Combate a Pichações e Depredações no Município de Natal, que visa ao enfrentamento à poluição visual e à degradação paisagística, ao atendimento ao interesse público, à ordenação da paisagem da cidade com respeito aos atributos históricos e culturais do Município (art. 1.º); estabelecer que, constitui objetivo do programa de que trata o *caput* do artigo 1º, assegurar, dentre outros: I. *A proteção, preservação e recuperação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural, artístico, paisagístico, de consagração popular, bem como a valorização do meio ambiente urbano*; II. *A percepção dos elementos referenciais da paisagem e a preservação das características peculiares dos logradouros e das edificações públicas e particulares*; III. *Reconhecer a prática do grafite como manifestação artística e cultural*; IV. *Proteção e preservação para evitar depredação do patrimônio público* (art. 1º, parágrafo único); instituir que o referido programa deverá ser executado pelo órgão competente municipal, o qual deverá disponibilizar um meio de

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO  
Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.  
Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>

EM BRANCO



PREFEITURA DO  
**NATAL**

CMN 7 PROCESSO  
Nº 152020  
FOLHA: 0324

comunicação com a população para receber denúncias de atos de pichação por meio telefônico ou eletrônico (art. 2º), define o que se entende, nos termos da lei, como ato de pichação (art. 3º), excluindo do programa instituído pela lei, a prática do grafite, fixando os termos em que este pode ser praticado (art. 3º, parágrafo único); institui infração administrativa e multa para o ato de pichação, bem como cobrança de multa em dobro em caso de reincidência (art. 4º, *caput* e §1º); prelecionar acerca da possibilidade de que o responsável firme Termo de Compromisso de Reparação de Paisagem Urbana, afastando a incidência da multa com o seu integral cumprimento, com a possibilidade de abranger a obrigação de indenizar os danos de ordem moral e material porventura ocasionados, nos termos de decreto regulamentar (art. 5º *caput*), devendo o referido termo fixar contrapartida ao infrator, de preferência, a reparação do bem por ele pichado, bem como o não afastamento da reincidência com a celebração do termo supramencionado, caso o responsável incorra em nova infração (art. 5º, §§1º e 2º); e, por fim, estabelecer a possibilidade de inscrição da multa em dívida ativa após o seu vencimento, com providências extrajudiciais e judiciais cabíveis contra o seu devedor (art. 6º); que tais valores arrecadados das multas devem ser revertidos para conservação de bens públicos do município (art. 7º, *caput*), estabelecendo responsabilidade específica para o Poder Executivo Municipal acerca da manutenção de cadastro dos infratores nos termos da lei (art. 7º, §1º), possibilitando de que o Poder Executivo firme termos de cooperação com a iniciativa privada visando à restauração, limpeza e recuperação dos bens infringidos (art. 8º), e determinando que os estabelecimentos que comercializam tintas em embalagens do tipo aerossol mantenham registro que contenha o número da nota fiscal e a identificação do comprador, obrigatoriamente maior de 18 anos (art. 9º).

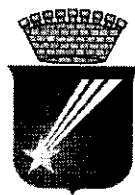
Com efeito, não se vislumbra óbice de cunho jurídico no que é tratado pelos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do Projeto de Lei em questão, especialmente as diretrizes de efetiva implantação do Programa, que combate ações que prejudicam a harmonia visual e provocam degradação paisagística da cidade.

No caso específico da presente proposição normativa, é possível a sanção respectiva, vez que, dentre as diversas competências legislativas abrangidas pela esfera de atuação do Município, encontra-se o interesse em conferir o ampla zelo perante a ordenação paisagística da cidade, respeitando seus atributos históricos e culturais, dando os devidos encaminhamentos aos responsáveis pelo ato de pichação ou degradação.

---

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO  
Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.  
Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>

21/08/2020



PREFEITURA DO  
**NATAL**

CMN - PROCESSO  
Nº 151/2020  
FOLHA: 04 de 04

Noutro pórtico, a despeito da louvável iniciativa de possibilitar ao responsável pelo dano, a reparação que substitua a multa estabelecida no art. 4º, o art. 5º deste Projeto de Lei acaba por contrariar previsão já existente em Decreto Federal vigente, sendo o de Nº 6.514/2008, o qual dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Este Decreto, em seu art. 143, §2º, torna clara a impossibilidade de conversão da multa em virtude da obrigatoriedade de reparação do dano independentemente do valor de multa arbitrado. Observa-se, *in verbis*:

Art. 143:

(...)

§ 2º *Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.*

Desta forma, tal como posto, o art. 5º, do referido Projeto de Lei não se mostra em consonância com o Decreto Federal Nº 6.514/2008, circunstância que impede o juízo positivo de constitucionalidade.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores,  
**VETO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº. 051/2017, especificamente o seu artigo 5º e seus parágrafos 1º e 2º.

Atenciosamente,

ÁLVARO COSTA DIAS  
Prefeito

---

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO  
Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.  
Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>

BRANCO



CMN - PROCESSO  
Nº 35/2020  
FOLHA: 05/09

PL 051/17

Felipe Menezes

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

de de

PREFEITO

LEI Nº

Dispõe sobre o Programa de Combate a Pichações e Depredações no Município do Natal, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,**

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Combate a Pichações e Depredações no Município de Natal, que visa ao enfrentamento à poluição visual e à degradação paisagística, ao atendimento ao interesse público, à ordenação da paisagem da cidade com respeito aos seus atributos históricos e culturais do Município.

**Parágrafo Único:** Constitui objetivo do Programa de que trata o "caput" deste artigo assegurar, dentre outros:

- I. a proteção, preservação e recuperação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural, artístico, paisagístico, de consagração popular, bem como a valorização do meio ambiente urbano;
- II. a percepção dos elementos referenciais da paisagem e a preservação das características peculiares dos logradouros e das edificações públicas e particulares;
- III. reconhecer a prática do grafite como manifestação artística e cultural.

LIBRANCO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO  
Nº 15/2020  
FOLHA: 06 de 1

**Art. 2º** O Programa de Combate a Pichações no Município de Natal, será executado e fiscalização pelo órgão competente municipal, o qual deverá disponibilizar um meio de comunicação com a população para receber denúncias de atos de pichação por meio de contato telefônico ou eletrônico.

**Art. 3º** Para fins de aplicação desta Lei, considera-se ato de pichação riscar, desenhar, escrever, borrar ou por outro meio conspurcar edificações públicas ou particulares ou suas respectivas fachadas, equipamentos públicos, monumentos ou coisas tombadas e elementos do mobiliário urbano, bem como depredações de quaisquer bem público.

**Parágrafo único:** Ficam excluídos do programa instituído por esta lei os grafites realizados como o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico.

**Art. 4º** O ato de pichação constitui infração administrativa passível de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), independentemente das sanções penais cabíveis e da obrigação de indenizar os danos de ordem material e moral porventura ocasionados, além das despesas de restauração do bem pichado.

**§1º** Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 5º** Até o vencimento da multa, o responsável poderá firmar Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana, cujo integral cumprimento afastará a incidência da multa prevista nesta Lei, e poderá abranger também a obrigação de indenizar os danos de ordem material e moral porventura ocasionados, nos termos de decreto regulamentar.

**§1º** O termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana fixará como contrapartida ao infrator, preferencialmente, a reparação do bem por ele pichado.

**§2º** A celebração do Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana não afastará a reincidência em caso de nova infração.

**Art. 6º** Após o vencimento da multa, o débito será inscrito em dívida ativa, passível o infrator de registro no Cadastro Informativo Municipal – CADIN e protesto extrajudicial, além de o responsável ser demandado para ressarcimento das despesas e custos de reparação do bem pichado.

**Art. 7º** Os valores decorrentes das multas aplicadas nos termos do art.4º desta Lei será revertido para a conservação dos bens públicos município.

BRANCO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO  
Nº 151/2020  
FOLHA: 03 de 04

**RECEBIDO**

Recebido em: 20/02/2020

Por: [Assinatura]

OFÍCIO Nº 0026/2020-SL

Natal, 19 de fevereiro de 2020.

Excelentíssimo Senhor  
**ÁLVARO DA COSTA DIAS**  
Prefeito em exercício da Capital  
Nesta.

Assunto: *Encaminhando Projeto de Lei nº 051/2017, de autoria do Vereador Felipe Alves.*

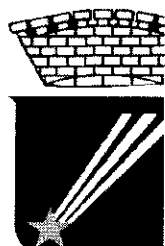
Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 051/2017**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 11 de dezembro de 2019, reencaminhado nesta data para Republicação por incorreção, haja vista não ter sido incluída a Emenda encartada ao projeto supracitado, que "Dispõe sobre o Programa de Combate a Pichações e Depredações no Município do Natal, e dá outras providências".

Respeitosamente,

[Assinatura]  
**VEREADOR PAULINHO FREIRE**  
**PRESIDENTE**

RECEBIDO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CMN - PROCESSO  
Nº 45/2020  
FOLHA: 08 de 11

PROCESSO	15/2020
INTERESSADO	Chefe do Executivo

## CERTIDÃO

Este departamento legislativo certifica o recebimento da Mensagem nº 015/2020, do Chefe do Executivo, em 16 de março de 2020, que trata do **VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 51/2017**.

Cumpre trazer que o Ofício nº 0026/2020 - emitido pela Câmara Municipal de Natal e, adiante, recebido pelo Poder Executivo Municipal em 20/02/2020 - trata de remessa da Redação Final do PL nº 51/2017, aprovado em Plenário desta Casa Legislativa.

No que se refere ao prazo para apreciação pelo Prefeito, para vetar a matéria, estabelece a Lei Orgânica Municipal:

Art. 43 – *Omissis*.

§1º - Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no **prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

Sendo assim, a interpretação devida do dispositivo acima transcrito faz saber que, a contar-se da ciência da matéria aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, o prazo para informar sua intenção de vetar é de 15 (quinze) dias úteis, estando suas razões, ato contínuo, inclusas no prazo subsequente de quarenta e oito horas.

O veto em questão, acompanhado de suas razões, foi recebido por esta casa legislativa em 16 de março de 2020. Isto posta tem que o Chefe do Poder Executivo Municipal apresentou Veto Parcial ao PL nº 51/2017, **dentro do prazo legal**, conforme detalhamento a seguir:

10/03/2020



20/02/2020	quinta-feira	01º dia útil da contagem
21/02/2020	sexta-feira	02º dia útil da contagem
22/02/2020	Sábado	Dia não útil
23/02/2020	Domingo	Dia não útil
24/02/2020	segunda-feira	Dia não útil (CARNAVAL)
25/02/2020	terça-feira	Dia não útil (CARNAVAL)
26/02/2020	quarta-feira	Dia não útil (CARNAVAL)
27/02/2020	quinta-feira	03º dia útil da contagem
28/02/2020	sexta-feira	04º dia útil da contagem
29/02/2020	Sábado	Dia não útil
01/03/2020	Domingo	Dia não útil
02/03/2020	segunda-feira	05º dia útil da contagem
03/03/2020	terça-feira	06º dia útil da contagem
04/03/2020	quarta-feira	07º dia útil da contagem
05/03/2020	quinta-feira	08º dia útil da contagem
06/03/2020	sexta-feira	09º dia útil da contagem
07/03/2020	Sábado	Dia não útil
08/03/2020	Domingo	Dia não útil
09/03/2020	segunda-feira	10º dia útil da contagem
10/03/2020	terça-feira	11º dia útil da contagem
11/03/2020	quarta-feira	12º dia útil da contagem
12/03/2020	quinta-feira	13º dia útil da contagem
13/03/2020	sexta-feira	14º dia útil da contagem
14/03/2020	Sábado	Dia não útil
15/03/2020	Domingo	Dia não útil
16/03/2020	segunda-feira	15º dia útil da contagem (VETO RECEBIDO) *Fim do prazo do Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestar.

Pelos motivos ora expostos, este Departamento Legislativo **CERTIFICA** a **tempestividade do veto** apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 22 de abril de 2020

  
**Virgílio Macedo Neto**  
 Assessor Técnico Legislativo  
 Mat.: 5406692





Câmara Municipal de Natal  
A casa do povo - A sua casa

CMN - PROCESSO  
Nº 15/2020  
FOLHA: 10 de 11

#### DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 15 / 2020 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinária, nos termos do artigo 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 07 de maio de 2020.

  
PRESIDENTE

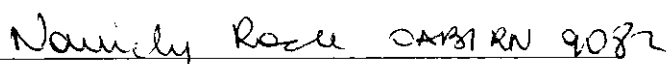
#### PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

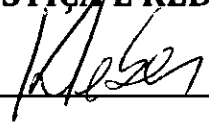
O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 07 de maio de 2020.

  
PROCURADOR  
PROCURADORIA LEGISLATIVA

RECEBIDO

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) 

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM, 25/02/2021

  
VER. KLEBER FERNANDES  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Gabinete do Vereador Kleber Fernandes**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

“VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 51/2017 de autoria do vereador Felipe Alves que “ dispõe sobre o programa de combate a pichações e depredações no município de natal e dá outras providências.” Conforme Mensagem nº 015/2020.”

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Processo de nº 15/2020, o qual veta parcialmente o projeto de lei nº 51/2017, de autoria do Vereador Felipe Alves, que “dispõe sobre o programa de combate a pichações e depredações no município de natal e dá outras providências.

O Processo seguiu os tramites procedimentais.

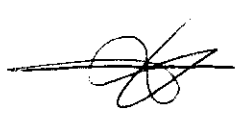
É o que importa relatar.

**II – ANÁLISE**

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, nos termos do Regimento Interno desta casa, analisar “aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara”, conforme determina o Inciso I do Artigo 62 do nosso Regimento Interno.

Inicialmente cumpre observar que o presente projeto não adentra nas atribuições exclusivas do Chefe do Executivo, da mesma forma que não se encontra óbice jurídico em seus artigos.

COMISSOES TECNICAS  
Recebido em 01/03/2024





Câmara Municipal do Natal

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Gabinete do Vereador Kleber Fernandes**

Porém, deve-se observar o que se foi explanado nas razões do veto parcial, no tocante ao artigo 4º e 5º do projeto de lei em comento, que contraria a previsão já existente em Decreto Federal vigente de nº 6.514/2008, que dispõe sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo processo administrativo federal para apuração das infrações. Tal Decreto, em seu artigo 143, impossibilita a conversão da multa em virtude da obrigatoriedade de reparação do dano independente do valor da multa.

Assim o projeto de lei não esta em consonância com o Decreto Federal nº 6.514/2008, circunstancia essa que impede o juízo positivo de constitucionalidade.

**III – VOTO**

Analisando os autos, opino pela manutenção do VETO PARCIAL do Chefe do Executivo.

Palácio Padre Miguelino, 22 de fevereiro de 2021.

**KLEBER FERNANDES**  
Vereador



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

C.M. NATAL  
PROCESSO Nº 15/20  
FOLHA Nº

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO FINAL**

- ( ) PROJETO DE LEI      ( ) RESOLUÇÃO      ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA À L.O.M.      ( ) VETO      ( ) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
( ) EMENDA      (X) PROCESSO

Nº 15/2020.

Autor (a) Vereador (a): \_\_\_\_\_.

Chefe do Executivo: ☒

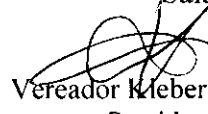
Relator (a) Vereador (a): Kleber Fernandes.

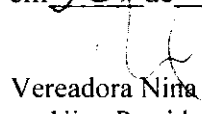
**VOTO DE DIVERGÊNCIA:** \_\_\_\_\_

**RESULTADO DA DIVERGÊNCIA:** \_\_\_\_.

**VOTO DO RELATOR:** Favorável a manutenção do veto parcial.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 2021.

  
Vereador Kleber Fernandes  
Presidente

  
Vereadora Nina Souza  
Vice-Presidente

  
Vereador Aldo Clemente  
Membro

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

  
Vereadora Ana Paula  
Membro

  
Vereadora Camila Araújo  
Membro

  
Vereador Klaus Araújo  
Membro

( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

  
Vereador Preto Aquino  
Membro

( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção



*Câmara Municipal de Natal*  
A casa do povo. A sua casa.

**Processo: 015/2020**

**Autor(a):** Chefe do Executivo

**DESPACHO**

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **fim de Trâmite**, estando apto ao plenário.

Natal, 13 de Abril de 2021.

**Dival da Silveira**  
Assessor Técnico Legislativo  
Mat. 5409950